



Correspondência aos Autores

Naanna Evangelista Agostinho Silva
E-mail: naanna.silva@gmail.com
Universidade Estadual de Montes Claros
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/5018578671495592>

Carla Chagas Ramalho
E-mail: carlaramalho.ccr@gmail.com
Universidade Estadual de Montes Claros
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/3637197719291948>

José Jairo Vieira
E-mail: jairo.vieira@uol.com.br
Universidade Federal do Rio de Janeiro
CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/7504208613924588>

Submetido: 26 jan. 2022
Aceito: 01 jun. 2022
Publicado: 30 out. 2022

 10.20396/riesup.v10i00.8668115
e-location: e024014
ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Gênero e as relações de opressão no contexto social: um olhar para a universidade

Naanna Evangelista Agostinho Silva  <https://orcid.org/0000-0002-1998-1043>

Carla Chagas Ramalho  <https://orcid.org/0000-0002-6263-2498>

José Jairo Vieira  <https://orcid.org/0000-0002-9395-5345>

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar as opressões de gênero vivenciadas pelas alunas de um curso de Licenciatura em Educação Física numa universidade pública no Norte de Minas Gerais. Com o intuito de contribuir para a percepção sobre as relações de gênero (na visão das alunas) no âmbito daquele curso, este trabalho objetiva colaborar no entendimento dos diferentes tipos de comportamentos, no que se refere às relações de gênero, dentro do ambiente universitário. A metodologia usada tomou como base a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, a partir de um questionário on-line. Nesse sentido, nos deparamos com uma grande influência do ideal patriarcal nos pensamentos, emoções, sentimentos e ações das entrevistadas, e observamos como isso influencia as relações humanas dentro da universidade. Concluímos, diante desse fato, o quanto são necessários maiores esclarecimentos e informações acerca dos conceitos de gênero (e opressão de gênero) para que a mulher tenha mais espaço e voz.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero. Opressão de gênero. Universidade.

Gender and relations of oppression in the social context: a look at the university

ABSTRACT

This study aims to identify the gender oppressions experienced by the students of a degree in Physical Education at a public university in the North of Minas Gerais. In order to contribute to the perception of gender relations (in the view of the students) in the scope of that course, this work aims to collaborate in the understanding of the different types of behaviors, regarding gender relations, within the university environment. The methodology used was based on a qualitative, exploratory research, based on an online questionnaire. In this sense, we encounter a great influence of the patriarchal ideal on the thoughts, emotions, feelings and actions of the interviewees, and we observe how this influences human relations within the university. We conclude, given this fact, how much more clarification and information about the concepts of gender (and gender oppression) are necessary for the woman to have more space and voice.

KEYWORDS

Gender. Gender oppression. University.

Gênero y las relaciones de opresión em el contexto social: uma mirada a La universidad

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo identificar las opresiones de género vividas por las alumnas de un curso de Licenciatura en Educación Física en una universidad pública en el Norte de Minas Gerais. Con el fin de contribuir a la percepción sobre las relaciones de género (en la visión de las alumnas) en el ámbito de aquel curso, este trabajo tiene como objetivo colaborar en la comprensión de los diferentes tipos de comportamientos, en lo que se refiere a las relaciones de género, dentro del ambiente universitario. La metodología utilizada tomó como base la investigación cualitativa, de carácter exploratorio, a partir de un cuestionario online. En ese sentido, nos encontramos con una gran influencia del ideal patriarcal en los pensamientos, emociones, sentimientos y acciones de las entrevistadas, y observamos cómo eso influye en las relaciones humanas dentro de la universidad. Concluimos, ante ese hecho, cuánto son necesarios mayores esclarecimientos e informaciones acerca de los conceptos de género (y opresión de género) para que la mujer tenga más espacio y voz.

PALABRAS CLAVE

Género. Opresión de género. Universidad.

CRediT

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Número do Parecer: 4.726.853 - Comitê de ética - Universidade Estadual de Montes Claros
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceitualização, Análise formal, Metodologia - Ramalho, C. C.; Silva, N. E. A. Investigação, Visualização, Escrita – rascunho original - Silva, N. E. A.; Administração do projeto; Supervisão - Ramalho, C. C.; Recursos, Escrita – revisão & edição - Ramalho, C. C.; Vieira, J. J.

Editores de Seção: Rodrigo Pivetta Werlang, Maria de Lourdes Pinto de Almeida

1 Introdução

A questão da inferioridade da mulher no atual sistema capitalista é um problema recorrente e naturalizado. Mesmo com a crescente ascensão social de muitas, o contexto social em que as mulheres estão inseridas oculta inúmeros desafios, presentes no cotidiano, e que, ainda no século XXI, nos revelam que elas são vistas de maneira inferiorizada. É notório o cenário de conjuntura hostil em que a mulher se encontra. Diante desse contexto socio-histórico-cultural, as relações de opressões existentes, a partir das questões de gênero, se tornam uma verdade quando atingem um número expressivo de mulheres, e é preciso um movimento contrário – social e individual – para uma mudança na/da sociedade em que vivemos (FERREIRA; SANTOS; SILVA, 2015).

Neste projeto, destacaremos o sistema sexo-gênero, e as suas relações de opressão no âmbito social, de modo a contribuir e auxiliar para as diversas formas de enfrentamento às diferentes situações de opressão, tendo em vista os relatos das sensações, dos sentimentos e das percepções das pesquisadas. Consideramos que este estudo possui relevância, uma vez que obtém depoimentos pertinentes a situações de discriminação, submissão e dominação da mulher no ambiente acadêmico. Com isso, trazemos uma discussão sobre as características históricas de um sistema patriarcal e apresentamos como isso ainda é reproduzido e é refletido nos tempos atuais (FERREIRA; SANTOS; SILVA, 2015).

Com as nossas análises, buscaremos estimular as reflexões relacionadas à manutenção da opressão e da submissão feminina dentro da universidade, o que favorece dominação masculina. Abordaremos os variados comportamentos de discriminação, os quais se perpetuam nos tempos atuais, na condição histórico-cultural em nossa sociedade, mesmo com heranças de conquistas feministas, de lutas, e de diversos outros avanços.

O estudo tem como objetivo identificar as relações de opressão existentes numa universidade do Norte de Minas Gerais. Com esse propósito, nos baseamos na pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, em que o instrumento usado foi o questionário (GIL, 2008) com perguntas objetivas e discursivas, a fim de analisar como a construção histórica se encontra enraizada no comportamento social.

Os questionários foram transmitidos por meio de plataforma *on-line* para alunas do último ano de graduação do curso de Educação Física, Licenciatura, diurno e noturno, de uma universidade pública no Norte de Minas Gerais. Analisamos os dados coletados a partir da categorização das respostas. Segundo Minayo (1994), categoria é a forma, a partir da qual, podemos relacionar as características dos recursos que são comuns entre si.

Justificamos este trabalho, ao considerarmos que, no decorrer da construção histórica da nossa sociedade, a separação cultural de homens e mulheres aconteceu de forma dita natural, modo como algumas pessoas ainda insistem em enxergar esse processo. Podemos nomear essa ordem de socialização, de separação e superioridade masculina, de patriarcado. Essa construção social se consolida há anos, é renovada em distintas civilizações e, também, é

reformada no capitalismo (MACHADO; MACHADO, 2012 citado por FERREIRA; SANTOS; SILVA, 2015). Dentro dessa ótica, Faury (2003) relata que tal construção impacta, ainda, no comportamento, pensamentos e sentimentos acerca de como os homens e as mulheres devem se portar e se relacionar entre si (e na sociedade).

2 Conceituando gênero

Neste trabalho, utilizamos a perspectiva materialista-histórica para abordar e trabalhar com o conceito de gênero. Assim, trouxemos autoras e autores que partilham dessa perspectiva, desconsiderando algumas/alguns outras(os) que se voltam para o pós-estruturalismo e seus conceitos. Priorizamos a coerência conceitual, e não adentramos no embate que visa a explicação de cada qual diante do seu processo teórico.

Por esse motivo, começamos nossa explanação pelo dicionário, que define gênero como a distinção de sexo e as diferenças definidas culturalmente. Ou seja, características que fazem reconhecer uma pessoa como mulher ou homem. Em algumas línguas, como a inglesa, os termos geralmente não possuem gênero: a palavra feminina é utilizada para algumas situações de objetificação; e os termos masculinos são mais direcionados aos direitos dos homens. Na nossa sociedade, padrões foram (e ainda são) criados no decorrer do tempo. Como sabemos, em algumas situações, havia a necessidade de uma pessoa de cada gênero (masculino e feminino) para que um processo existisse, como o casamento e os jogos mistos. Em outros momentos, apenas um tipo de gênero era considerado, e isso acontecia, também, com alguns esportes, como no futebol, e em determinados trabalhos e outros eventos (CONNELL, 2015).

Precisamos relacionar o gênero com o sexo para sua melhor compreensão e, por isso, nos apropriamos do sistema sexo-gênero, trazido por Izquierdo (1990, p. 1)

O sistema sexo/gênero, que é o referencial sob o qual se organiza a sociedade, as expectativas que a mesma tem com respeito aos indivíduos, à distribuição desigual de poder, as aspirações, espaços sociais ocupados e proibições em função do sexo, se fundamenta em uma base dupla: a biologia e a divisão sexual do trabalho. (IZQUIERDO, 1990, p.01)

Com isso, temos a compreensão de que o sexo é visto como as características biológicas que nos dividem em macho e em fêmea; o gênero, como as características femininas e masculinas; e a identidade psicosssexual, separada entre heterossexual, bissexual e homossexual (IZQUIERDO, 1990). Por esse motivo, não podemos desmembrar o gênero do sexo, e nem seu inverso, na nossa atualidade, pois a marca de um define as cobranças do outro. Essa divisão rígida busca definir as diferenças psicológicas de cada indivíduo e cria padrões que delimitam a definição de gênero (CONNELL, 2015).

Cada sociedade, com suas características culturais específicas, apresenta uma gama de expectativas de comportamento para ambos os sexos, transmitidas à criança num processo de socialização, através dos pais e da cultura em geral. A identidade sexual inclui concepções aprendidas – de como comportar-se, pensar, sentir, enquanto homem ou mulher -; ideais da masculinidade e feminilidade; e a relação entre ambos os sexos (FAURY, 2003, p. 114).

Os padrões culturais não podem estar especificamente voltados para o corpo e para as suas diferenças biológicas. “O gênero diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências do lidar para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo” (CONNELL, 2015, p. 48). Então, podemos observar que os arranjos de gênero estão sempre em transformação (CONNELL, 2015).

Gênero pode ser entendido a partir das diferenças sexuais que envolvem as relações sociais, culturais e históricas. Diante desse conceito, é necessário perceber que existe um acordo invisível de como cada gênero tem o seu papel a desempenhar dentro da sociedade, considerando que isso pode mudar de acordo com o processo de continuidade histórica e do período em que os estudos sobre esse tema são explorados (FOLLADOR, 2009).

3 Patriarcado e a construção histórica de gênero

Ao compreendermos o sistema sexo/gênero como intrínseco às relações sociais de opressão dentro do sistema capitalista, vem à tona a reivindicação por justiça social na sua amplitude. “A justiça social é uma reivindicação de reparação da desigualdade, que acaba por trazer tanto vantagens quanto desvantagens, enquanto características institucionalizadas da vida social.” (CONNELL, 2014, p.14). Essas diferenças direcionadas aos gêneros vão além do valor salarial e aparecem em vários setores, como nas taxas de participação econômica, na acumulação de riqueza, na propriedade de veículos, de edifícios, e de outros ativos.

Os homens possuem privilégios, os quais são alçados em menor ou maior quantidade, no que se refere à raça, classe social, entre outros, os quais nos fazem perceber as hierarquias de poder relacionadas ao gênero. A representatividade de mulheres, em alguns cargos de poder, por exemplo, na política, na economia e na segurança ainda é pequena (ou quase nula). Ao compararmos a quantidade de mulheres à de homens, nesses cargos, podemos dizer que existe um desequilíbrio referente a essa proporção. Um exemplo desse cenário foi verificado em 2013, quando numa reunião dos líderes de governo, apenas quatro mulheres estavam presentes entre os vinte líderes (CONNELL, 2015).

O sistema capitalista apropriou-se com bastante primazia da subjugação e da inferiorização das mulheres perante os homens em distintos contextos sociais. Por esse motivo, temos recorrentes imagens, propagandas, músicas, falas, programas etc., que continuam a fomentar uma ideologia que coloca a mulher como o sexo frágil, a qual precisa de uma figura masculina para cuidar dela, para orientá-la e instruí-la. E esse conceito é

transmitido de antigas gerações para as atuais como valores e crenças naturalizadas (CASTRO; SANTOS; SANTOS, 2018).

A partir dessa observação, reforçamos o conceito de patriarcado definido por Saffioti (1987) em que a autora explica sobre essa dominação-exploração patriarcal:

[...] pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

Dentro dessa ótica, o patriarcado é observado em todas as esferas, ora percebido de forma individual, no pensamento e/ou no comportamento de mulheres e homens, ora verificado no coletivo, dentro das variadas classes sociais. Sendo assim, podemos observar a existência de, pelo menos, duas ocorrências de opressão de gênero que se cruzam: uma, que hierarquiza pessoas com uma apologia ao pensamento patriarcal; e outra, que inferioriza as mulheres, e é reforçada por ações patriarcais.

4 Opressões nas relações de gênero

Argumentar sobre as relações de opressão existentes é fazer um estudo que abrange (quase) todo o limiar histórico da submissão feminina, o qual está presente na nossa sociedade. É, também, visualizar que foi dessa forma que os vínculos sociais foram constituídos. É no cotidiano, e dentro dessas relações pessoais – e de classes, que podemos observar a ação discriminatória para com as mulheres, como isso está enraizado na nossa cultura e como vem influenciando o comportamento da humanidade (FERREIRA; SANTOS; SILVA, 2015).

As questões relacionais entre homens e mulheres, que são reproduzidas na atualidade, existem desde épocas antigas: o preconceito enraizado que a mulher sofre já é, em sua teoria, algo comum para aqueles que o praticam. É notório que inúmeras conquistas por parte das mulheres, dentro de distintas realidades sociais, se transformaram numa pseudoliberalidade, visto que esta liberdade foi conquistada pelo gênero feminino no decorrer de vários anos. Porém, são vitórias que possuem diversas limitações, as quais são encaradas, cotidianamente, de forma rígida e, também, desagradável. A busca incessante por liberdade, igualdade, respeito e cidadania vieram de lutas travadas, que foram abrindo espaço para o universo feminino e, ainda que pequeno, tem se mostrado perceptível (FERREIRA; SANTOS; SILVA, 2012).

Toda essa análise nos permite observar que a mulher possui, em distintos contextos socioculturais (e históricos), um papel de submissão, dominação e opressão, por múltiplos motivos: por ter, em sua construção histórica, um menor poder que o do homem; por ser

pertencente a uma classe não dominante; por ela estar à margem da sociedade, ausente das riquezas do capital; e por ela pertencer a um grupo que, nas construções históricas, foi oprimido. Podemos, ainda, caracterizar como relações de opressão e violação de direitos as questões sobre orientação sexual (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Segundo Santos e Oliveira (2010), outra forma de opressão de gênero é quando notamos a divisão sexual do trabalho, em que as mulheres, para exercer função no mercado profissional, teriam que ocupar espaços que possuísem a ação do cuidar e, dentre as profissões que eram possíveis de exercer, estariam: professora, enfermeira, assistente social ou os afazeres de cunho doméstico. Quando trazemos esse olhar para a Educação, podemos observar que “as escolas e outras instituições educadoras continuam pautando as questões referentes às mulheres no campo da reprodução do machismo, conferindo mais liberdade aos meninos do que às meninas” (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 13).

Ao direcionarmos essa discussão para o aspecto afetivo-sexual, as maneiras de opressão e de violação dos direitos são incalculáveis. Isso é percebido não apenas na quantidade de casos de violência que ocorrem na vida privada da mulher como também na vida social, quando seus direitos são limitados com a permissão do Estado, principalmente no que tange à reprodução biológica e aos aspectos sexuais. O capitalismo, desse modo, se beneficia da opressão vivida pela mulher, ao usá-la de forma ideológica e ao reproduzir a visão conservadora da dita família tradicional, a partir do momento em que observamos a imagem que a mulher carrega e traz para o ambiente empregatício, por meio da precariedade e do contorno subalterno de tratamento a ela direcionado.

São necessárias lutas para ampliar e modificar as condições sociais, econômicas e políticas da mulher e da sociedade. Condições essas que tragam possibilidades de igualdade de gênero dentro do atual sistema dominante, o qual possui muitas contradições e que, por esse motivo, abre espaço para muitos embates e para muitas modificações, os quais devem objetivar a criação de novas formas de relações sociais (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

5 Resultados e discussões

Nesta pesquisa, utilizamos questionários, com perguntas abertas, para discorrer sobre o tema apresentado. E, diante das respostas, visando os resultados do estudo, usamos nomes fictícios a fim de preservar a identidade das entrevistadas. Segue abaixo a tabela com os nomes dados às entrevistadas e suas respectivas idades. Importante ressaltar que, no início do questionário, havia uma explicação do que é a opressão de gênero, embasada nas autoras que usamos neste estudo, como podemos observar: opressão de gênero é a condição que evidencia a discriminação e a dominação sofrida pelo gênero feminino (FERREIRA; SANTOS; SILVA, 2015). Com isso, é possível termos auxiliado na compreensão das interrogadas sobre a opressão que vivenciaram ou que testemunharam.

As categorias deste trabalho foram divididas em duas, sendo elas: Mulheres que ignoram o conceito de opressão de gênero; Mulheres que conhecem sobre opressão de gênero, mas não se posicionam.

Tabela 1. Relação de pesquisas

Alunas	Idade
Daldite	22
Nazidí	28
Eva	23
Jade	24
Gilda	25
Arianne	--
Lena	23
Jocia	23
Sol	22
Nala	22

Fonte: as autoras

5.1 Mulheres que ignoram o conceito de opressão de gênero

Nesta categoria, analisaremos como a construção histórica da nossa sociedade influencia no pensamento, no comportamento e na percepção de mulheres e homens sobre o conceito de gênero e opressão de gênero. No meio dessa construção, temos o patriarcado, um sistema de comportamento que se perpetua até os dias atuais, o qual dita normas e formas de agir, para a mulher e para o homem, tais quais: a maneira de falar, de se vestir e como cada um tem o seu papel descrito do que é permitido/aceito – ou não – a ambos (FERREIRA; SANTOS; SILVA, 2015).

Para isso, trouxemos fragmentos desta pesquisa, os quais nos auxiliam a entender como a opressão feminina ainda é negligenciada no espaço universitário. Podemos observar uma violência institucional que acontece por meio de ações e da omissão por parte da própria universidade. Com base na análise dessas categorias, podemos perceber que as alunas, muitas vezes, não conseguem distinguir as relações de abuso, não percebem as desigualdades entre os alunos e não têm a noção de que são atitudes danosas ao espaço físico e à profissão que elas ocupam (SCHMITT, 2016).

Ao analisarmos a fala da aluna Daldite, entendemos como ainda há confusão, naturalização e desconhecimento sobre a temática: “[...] senti dificuldades em responder o questionário ao tentar associar as situações do dia a dia acadêmico a supostas opressões.” (DALDITE). Em outro momento, ela salienta: “Nunca sofri opressão de gênero no âmbito acadêmico, talvez dificulte minha percepção, mas acredito que existe sim.” (DALDITE).

Observamos como ainda há dificuldade no entendimento sobre o que é e qual tipo de opressão está ocorrendo, seja consigo ou com outra mulher. E a naturalização da dominação-exploração patriarcal (SAFFIOTI, 1987) reforça, muitas vezes, o medo da denúncia e o receio

de se enxergar nesse local. Esse fato, ocorrendo dentro de uma universidade, numa turma de futuros(as) professores(as), sem um debate e uma repreensão, só reforça o consentimento e a ideia de que a mulher serve para ser explorada e oprimida e cabe a ela aceitar.

Essa questão pode ser visualizada a partir da pesquisa da Jocia, ao reconhecer a importância desse debate numa turma de licenciatura de Educação Física: “Sim, porque lidar com essa questão é difícil enquanto acadêmica; enquanto profissional da educação é ainda mais complicado e saber mais sobre o assunto é essencial pra mudar esse cenário.” (JOCIA)

De acordo com dados de uma pesquisa feita pelo Observatório da Mulher contra Violência de 2021¹, observamos que 68% das mulheres reconhecem que sofreram violência física. Isto é, apontam como esta é o tipo de violência socialmente mais visível, uma vez que pode ser comprovado por meio de marcas no corpo e é mais difícil de naturalizar como algo que ocorreu “sem querer” ou “por brincadeira”. Logo, a agressão física fica menos difícil de denunciar, o que acaba não ocorrendo com denúncias de outros tipos de violência, visto que colocam a palavra do agressor em confronto com a da vítima, e o depoimento desta é, muitas vezes, relativizado. Em alguns ambientes essas ocorrências são acentuadas quando o opressor é alguém que possui um status hierárquico mais elevado que o da oprimida (como no ambiente educacional), o que revela casos de assédio entre professores e alunas.

Nesse contexto, a resposta de Daldite nos faz refletir sobre uma grande parcela de mulheres na nossa sociedade, que é influenciada pelo patriarcado. Ou seja, deve-se questionar de que modo as mulheres podem ser levadas a perceberem e/ou identificarem as situações de machismo e de submissão a que são expostas, seja os casos vividos por elas, ou os vivenciados por outras mulheres. Entender os conceitos, tanto de patriarcado quanto de gênero, não apenas por parte das mulheres, mas também por parte dos homens, faria com que todos(as) compreendessem o seu significado e pudessem observar comportamentos, ações e pensamentos que estão inseridos no dia a dia, em que a mulher é tratada como uma pessoa que está sujeita a obedecer sempre ao sexo masculino.

Com esse nosso resultado, ressaltamos que o assunto “opressão” deve ser mais debatido para ser reconhecido e combatido, não apenas no ambiente universitário, mas em qualquer outro local, a fim de podermos reduzir essas situações de abuso.

5.2 Mulheres que sabem sobre opressão de gênero, mas não se posicionam

Muitas vezes, as mulheres são vistas como o sexo frágil, por meio de uma visão comportamental, a qual deve prezar pelo recato, com a necessidade da proteção de um homem (CASTRO; SANTOS; SANTOS, 2018). Dentro desse conceito, percebemos como esse estereótipo ainda se perpetua e, quase sempre, é enaltecido pelas pessoas. Por essa razão acreditamos que isso possa inibir um “reagir” às opressões vividas pelo sexo/gênero

¹ Disponível no site

https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/paineis_dados/#/?pesquisa=violencia_domestica_familiar
Acesso em 07 de junho de 2022.

feminino. A história das mulheres de luta, combatentes e revolucionárias, normalmente é omitida e negligenciada. E não é à toa. O imaginário de dependência do homem para elas alcançarem seus objetivos e desejos é um dos mais enaltecidos e fundamentais no reforço da desigualdade exploratória no sistema sexo/gênero.

A partir das respostas analisadas, percebemos como algumas mulheres compreendem o tema do nosso estudo e entendem que, ainda assim, possuem dificuldade para se posicionar contra as relações de opressão de gênero sofridas por elas ou por outras mulheres ao seu redor. Podemos reconhecer esse comportamento por meio das respostas para a pergunta: “Dentro do âmbito acadêmico, consegue perceber as relações de opressão no seu curso? Justifique”. “Sim. Ainda ouvimos piadas até mesmo de professores nos inferiorizando” (ARIANNE).

A fim de reforçar nossa análise sobre o entendimento de que existe opressão, mas que a indignação não ultrapassa o âmbito pessoal, apresentamos respostas interessantes, tendo em vista aos seguintes questionamentos:

“Você já presenciou (viu, observou ou testemunhou) algum caso de opressão no ambiente acadêmico? Relate.”

Sim. Comigo mesmo em uma aula prática, onde eu tinha dificuldades em relação as práticas e fui reprimida por um professor em frente a toda turma, pois o mesmo julgou a minha dificuldade como charme ou frescura, o que me desmotivou muito em cursar a disciplina. (JADE)

“Você já sofreu algum com a opressão de gênero no ambiente acadêmico? Qual?”

Sim. Não posso dizer que foi em todas as aulas práticas, pois nem sempre é assim. Existem ótimos professores e colegas que buscam pela igualdade. Entretanto, em alguns momentos que estava tentando realizar alguma atividade em aulas práticas me sentia incapaz de finalizar ou realizar as tarefas pelo modo como a aula era ministrada, afetando o meu desempenho. (NALA)

É importante recordar que o questionário foi apresentado em uma universidade pública do Norte de Minas Gerais, uma instituição relativamente nova e que possui o curso de Educação Física há menos de 20 anos (PEREIRA; SILVA, 2002). Trata-se de uma região conservadora e convém destacar que, desde 2019, o reitor da universidade é um padre: “Ordenado há 23 anos como padre, o novo reitor é natural de Montes Claros e tem 51 anos.” [GRIFO MEU].

Com isso, neste trabalho, reforçamos a base conservadora da localidade a partir dos relatos trazidos. Como enfatizamos, o receio da aluna Nala de citar nomes e especificar que não o podia fazer o que, em nossa análise, reflete o medo de represália. Acreditamos que, por esse motivo, nenhuma das estudantes denunciou tal opressão, seja por medo ou receio, seja

pela falta de posicionamento coletivo frente a uma estrutura castradora e patriarcal como a nossa.

Logo, é possível observar como os costumes da nossa construção histórica, pautada no patriarcado, refletem no comportamento de homens e mulheres que, mesmo com conhecimento dos conceitos abordados no questionário, e das diversas formas de opressão sobre a mulher, acabam por reforçar a manutenção dos preconceitos e as atitudes opressoras do/no cotidiano. A continuidade dessa organização hierárquica de poder, da classe masculina (dominante) sobre a classe feminina (subalterna), nos evidencia como os comportamentos individuais irão fomentar uma naturalização coletiva da exploração e da hierarquização de pessoas, sendo ainda mais difícil a quebra dessa dinâmica de discriminação (RESENDE, 2017).

Segundo Wollstonecraft (2016), é pasmoso constatar que ainda exista a desqualificação das mulheres que almejam seus direitos, as quais, dentre muitas características pejorativas, são vistas como pessoas que querem ser “machonas” ou são taxadas de “mal amadas”. Diante disso, nos parece que as mulheres possuem certo medo de se pronunciarem feministas, tendo em vista tais rótulos e estereótipos.

Em vista disso, podemos observar a existência (hoje) de grupos de mulheres que discorrem sobre o assunto e que consideram importante se posicionar frente às situações de opressão que elas (e outras) vivenciam, em diferentes contextos sociais. São mulheres que se tornam conscientes dos regimes de opressão e de exploração aos quais são submetidas e passam a ter voz ativa frente aos processos de construção histórica, em diferentes momentos. Trata-se de uma luta que existe há décadas e que já derrubou barreiras. Entretanto, há muito o que caminhar para romper com as opressões citadas, como podemos ver:

A Sociedade Popular das Mulheres publica, em 1791, a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, basicamente uma contraproposta da Declaração dos direitos do homem e do cidadão, na qual “homem” não era usado como sinônimo de “humanidade”, mas como representante do sexo masculino, o que lhe garantia o direito à cidadania. Em alguns pontos, o texto é ainda mais radical do que a Reivindicação, pois propugna não somente a igualdade dos direitos da mulher à educação, mas ao voto e à propriedade privada, aos cargos públicos, ao reconhecimento dos filhos nascidos fora do casamento e à herança. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 10).

Em face do exposto, percebemos que, a partir do nosso questionário, algumas respostas trouxeram esse incômodo, diante do qual acreditamos que as mulheres devem se posicionar durante os momentos em que elas próprias (ou outra mulher) vivenciam, vivenciaram (ou vivenciarão) uma situação de opressão dentro do universo acadêmico.

Reconhecemos, a partir das respostas apuradas desta pesquisa, algumas alunas que demonstram essa ânsia e esse desejo de/para falar sobre os problemas abordados, com o

intuito de romper com a opressão vivenciada pelas mulheres: “Falar sobre [opressão de gênero] faz com que os alunos em geral se conscientizem acerca do assunto.” (NAZIDÍ); “Muito. Precisamos nos posicionar diante dessas opressões.” (EVA).

Acho extremamente importante estudos nessa área, afinal seremos profissionais da educação e teremos que lidar com situações que exigirão uma intervenção nesse sentido, precisamos nos informar cada vez mais também, para não perpetuar esse tipo de cultura. (JOCIA).

De acordo com todos os relatos, podemos analisar como as entrevistadas consideram a importância de se posicionar diante das situações que envolvam relações de opressão de gênero. Por meio dessa ação, podemos vislumbrar uma nova lógica para a sociedade, em que as hierarquizações de pessoas não sejam enaltecidas.

Todavia, apesar da postura combativa das alunas pesquisadas, não observamos, a partir das declarações, referências a momentos em que elas se opuseram às opressões de forma direta. Somente uma das respostas nos traz uma manifestação contrária a episódios de subjugação aos docentes durante as aulas. Na maior parte das vezes, lemos relatos de coação, opressão, perseguição acadêmica e de desqualificação das universitárias, sem nenhum ato direto que fosse contrário a tais ocorrências, como podemos observar nos relatos abaixo:

“[...] em questão de separação de grupos para aulas práticas. O tempo de prática dos homens geralmente é maior que o das mulheres.” “Totalmente desmotivante, na medida que você sente que o seu potencial não é suficientemente bom ou que seu lugar não é ali.” (JOCIA); “Em relação às mulheres, muitas vezes vistas como incapazes de ter uma boa performance nas aulas práticas, subestimadas na maioria das vezes.” (NALA); “Comigo mesmo em uma aula prática, onde eu tinha dificuldades em relação as práticas e fui reprimida por um professor em frente a toda turma, pois o mesmo julgou a minha dificuldade como charme ou frescura, o que me desmotivou muito em cursar a disciplina.” (JADE); “Os homens [ficam] “dando em cima”, incomodando bastante! Muitas vezes as alunas desistem de fazer alguma coisa por esse motivo.” (GILDA).

A aluna Lena nos traz o momento em que presenciou o posicionamento mais contundente de uma aluna:

no terceiro período, aula de Handebol, onde um professor falou algumas coisas fortes para uma das alunas, mas ela exigiu respeito. A aluna desistiu... desistiu por duas vezes da matéria por conta do assédio verbal e a forma que ele a oprimia na frente de todos. Mas ela conseguiu se formar. Porém, durante as aulas era sempre maltratada pelo professor, sempre em tom de brincadeira vindo do mesmo.

Por meio do relato acima, atentamos para o fato de que a experiência da aluna, que se manifestou de forma contrária às “brincadeiras” do professor, deixou, não apenas para ela, mas para as demais mulheres da sala, o seguinte exemplo: se você não aceitar as opressões do

docente, irá sofrer mais para conseguir seu objetivo de concluir as disciplinas, o que tornará o processo solitário, mais penoso e mais desgastante.

Fazer leituras sobre feminismo, assim como estudar/pesquisar sobre o assunto, permite que as mulheres criem em si um incômodo acerca do tema, o qual permeia toda a nossa construção histórica. É a partir do materialismo histórico que compreendemos como ações, em princípio, isoladas de discriminação, de machismo e de sexismo são originadas em demandas coletivas, que buscam reprimir um grupo em função do outro. Reconhecer que existem, ainda, diferenças e desigualdades de gênero, e transformar isso em lutas sociais, é de extrema relevância para os estudos e para as mudanças que circundam o tema (ESTACHESKI; MEDEIROS, 2017).

6 Conclusão

Este estudo foi realizado com o intuito de analisar como as alunas de um curso de graduação em Educação Física, de uma universidade pública do norte de Minas Gerais, se posicionam sobre os conceitos de gênero e opressão de gênero, além de reconhecer essas relações dentro do universo acadêmico. Justificamos esta pesquisa como uma forma de procurar entender de que maneira ocorrem as opressões nesse espaço universitário e de que modo as alunas pesquisadas as observam. Consideramos isso importante, uma vez que serão futuras professoras de Educação Física, as quais podem, na sua prática profissional, combater (ou perpetuar) tais desigualdades.

Diante disso, intentamos enfatizar qual o entendimento de homens e mulheres, dentro de um dado contexto social, no que diz respeito a pensamentos, comportamentos e sentimentos que são construídos socialmente e historicamente. São regras sociais enraizadas em função da lógica do patriarcado, as quais compreendem situações de dominação masculina marcante, mesmo com todos os avanços em torno das lutas sociais feministas.

Usamos questionários em nosso estudo e, a partir deles, conseguimos notar como essa construção sócio-histórica é perpetuada nos dias atuais. Percebemos como é importante que as mulheres saibam conceituar o termo gênero, e as relações de opressão de gênero, a partir das respostas obtidas no questionário. Compreendemos, também, que as pesquisadas que detêm conhecimento sobre os conceitos aqui apresentados, apesar de demonstrarem clareza no que se refere às relações de gênero existentes, ainda são vítimas da opressão e apresentam dificuldades em como se posicionar, apresentando uma postura de submissão em relação ao homem. Enfatizamos tratar-se de uma característica que não deve ser vista de forma individual, a ponto de culpabilizar a vítima, mas sim como um sistema opressor/explorador que, constantemente, silencia as mulheres.

Assim, avaliamos a importância de se discutir o tema do nosso trabalho e trazer para dentro da universidade informações, palestras, e conhecimentos sobre as relações de gênero na sociedade. Isso se torna importante para identificar situações em que há opressão de

gênero e para que estas sejam minimizadas e/ou evitadas, não somente para a avanço social da universidade, mas também para a melhoria dos vínculos entre alunas e alunos, professores e professoras e entre alunas/os e professoras/es. Dentro dessa ótica, cabe destacar a dificuldade, observada por nós, que as pesquisadas têm em compreender o tema e de se posicionar diante dele, com a tendência de permanecerem caladas e de aceitarem o papel de submissão frente ao homem. Isso evidencia o obstáculo que existe para o rompimento das barreiras sociais dentro da universidade.

As desigualdades de gênero afetam não apenas as relações entre homens e mulheres, de uma maneira geral, mas também a autoestima das investigadas dentro do curso, fato que gera desânimo e falta de estímulo na/para a continuidade do curso. Nesse sentido, é necessário trazer para o nosso cotidiano a conscientização acerca do tema, por todas e todos dentro da universidade, a fim de que as situações de opressão de gênero possam ser reduzidas e/ou extintas e as mulheres possam se sentir incluídas, com a visibilidade que merecem, por serem profissionais capazes, com seus direitos e espaços conservados, plenos de respeito e igualdade de gênero.

O ambiente universitário precisa repensar as suas práticas (e as suas lógicas) para deixar de ser um espaço feito por homens – e para eles. Por fim, desejamos, com este trabalho, fortalecer ideias lutas, a fim de gerar espaços igualitários para as mulheres, inclusive com a modificação do local que produz conhecimento dito elitizado: a universidade.

Referências

CASTRO, Ana Beatriz Cândido; SANTOS, Jakciane Simões dos; SANTOS, Jássira Simões dos. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista. **Anais do VI Seminários CETROS sobre Crise e mundo do trabalho no Brasil**, p. 22-24, 2018. Disponível em:

http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf. Acesso em: 09 abril. 2021.

CONNELL, R. **Questões de gênero e justiça social**. Século XXI: Revista de Ciências Sociais, v.4, no 2, p.11-48, jan./jun. 2014.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: InVerso, 2015.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. MEDEIROS, Tatiana Gonçalves de. A Atualidade na obra de Mary Wollstonecraft. **Revista Estudos Feministas**. V.25 n.1 Jan-Abr, 2017, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p375> Acesso em 08 de abr de 2021.

FAURY, Mirian. Estudando as Questões de Gênero em Serviço Social. **Revista Pro-Posições**, vol. 14, n. 1 (40): Campinas, 2003. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/download/8643910/11377/> Acesso em: 20 mar 2021.

FERREIRA, Amanda Cristina de Souza; SANTOS, Ana Carla dos; SILVA, Thaíres Lima da. Gênero e relações de opressão: breves reflexões. **Gênero e Direito**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 358-370, jan. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/article/view/23836/13599>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fatos e versões**, v. 1, n. 02, 2009. Disponível em

<https://docplayer.com.br/19787987-A-mulher-na-visao-do-patriarcado-brasileiro-uma-heranca-ocidental.html> Acesso em 08 de abr de 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** /Antonio Carlos Gil. – 6º ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IZQUIERDO, Maria Jesús. Bases materiais do sistema sexo/gênero. Tradução livre do texto: **Bases materiales del sistema sexo/género**. CARLOTO, Cássia Maria. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista – SOF, p. 1-5, 1990

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PEREIRA, Laurindo Méikie. SILVA, Márcia Pereira da. A universidade de integração regional. In: CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Méikie (org.). **Unimontes: 40 anos de história**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002. p. 17-48.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

RESENDE, Amanda Martinho. **Opressão de gênero: a ausência de um olhar interseccional na busca de soluções jurídicas**. 2017. Monografia (Conclusão do Curso de Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2010. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100002/12725> Acesso em: 27 mar. 2021.

SCHMITT, Nayara Graciele. **A influência da cultura patriarcal na produção de violências e na construção das desigualdades entre homens e mulheres: um olhar dos profissionais que atuam na rede de proteção social no município de Araranguá/sc**. Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Nayara.pdf> Acesso em: 25 set. 2021.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.